



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 003/2026 – CC/PMPF
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0031/2026 - SEMPLAF

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, realizará Dispensa de licitação **EMERGENCIAL**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do artigo 75, inciso VIII, nos termos da Lei 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Data de início do recebimento das propostas:	26/01/2026
E-mail:	dispensa@pmpf.am.gov.br.
Demandante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Data limite p/ recebimento das propostas:	28/01/2026 as 14h00min

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS, GABINETE E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM**, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso de Dispensa e seus anexos.

1.2 A contratação será formada, conforme tabela constante a seguir:

LOTE 01 - ONIBUS / MICRO ONIBUS / VANS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados com motorista e quilometragem livre, para percurso em perímetro urbano e rural. Características Adicionais: ar condicionado, com direção hidráulica ou elétrica, veículo limpo, higienizado, em adequadas condições de conforto e segurança e todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agrícola, Aquícola e Pesquero - SEMADA.	DIARIA	251	12
2	LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade de 30 a 34 passageiros; Potência mínima de 150cv; Direção hidráulica ou elétrica, com quilometragem livre; Equipado com ar-condicionado, cortinas nas janelas em tecido, pega mão encapsulada no teto, rádio AM/FM, Cd player e sistema de rastreamento via GPS, sirene de ré, jogo de tapetes de borracha e demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.	DIARIA	251	2
3	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN Tipo: VAN EXECUTIVA: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, potência mínima de 129CV, bicomcombustível gasolina ou diesel, direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual, 03 (três) portas laterais, poltronas em tecido, vidros elétricos, travamento central das portas, CD Player. Características adicionais: jogo de tapetes de borracha, veículo limpo, higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.	DIARIA	251	2
4	LOCAÇÃO VEÍCULO VAN Tipo: VAN FURGÃO; com no máximo 5 anos de fabricação. Equipado com ar condicionado, com 3 portas, motor no mínimo 2000CC, movido a diesel com capacidade para no mínimo 1.000kg de carga. Características adicionais: jogo de tapetes de borracha, veículo limpo, higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, com todos os equipamentos e acessórios	DIARIA	251	3



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Saúde - SEMS.			
LOTE - 02 - VEICULOS LEVES				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 70 e 90cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Saúde – SEMS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC.	DIARIA	365	3
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Saúde - SEMS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC.	DIARIA	365	9
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 70 e 90cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.	DIARIA	365	3
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.	DIARIA	365	9
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL SEDAN , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 80 e 120cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender para atender as demais Secretarias Executivas.	DIARIA	365	3
6	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as demais Secretarias Executivas.	DIARIA	365	10
7	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE ESPECIAL	DIARIA	365	1



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	ADAPTADA , Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima 120cv, bi-combustível, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva pela contratada, seguro total, substituição dos veículos quando estiverem em manutenção, em adequadas condições de conforto e segurança e todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender as atividades do Centro de Zoonoses.			
LOTE - 03 - CAMINHÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAU 3/4 a diesel, com motorista, capacidade mínima de 3.000 kg, em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiverem em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agrícola, Aquícola e Pesquero - SEMADA.	DIARIA	251	5
2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCADO a diesel, com carroceria aberta, 15 toneladas, com motorista, em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiverem em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agrícola, Aquícola e Pesquero - SEMADA.	DIARIA	251	5
3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO , capacidade de 150 litros de diesel, 5 a 10 graus com baú sem mercadoria,. Baú com espessura de 30 cm no material polipropileno (PP), com barras internas para carregar carnes ou parecidos, tamanho do baú 5 m de comprimento, 2,2 de altura, 2,2 de largura, média de consumo de 6 a 7 km/L, capacidade de ARLA de 50 litros, capacidade de carregamento até 6,5 de toneladas, com motorista, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.	DIARIA	251	1
4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA , com capacidade a partir de 8.000 litros ou mais, com motorista, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMISP.	DIARIA	251	2
5	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 16.000 L , com motorista, inclusive tanque de aço para transporte de água, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP	DIARIA	251	2
6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO , caminhão ¾, com plataforma hidráulica automática para transporte de automóvel e motocicleta, com motorista, capacidade mínima 4.5 ton., com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.	DIARIA	251	1
7	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMBOIO (MELOSA) TOCO - 5.000 LITROS, COMBUSTIVEL, AR COMPRIMIDO - TAMBOR LUBRIFICAÇÃO E GRAXA , em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMISP	DIARIA	251	1

1.3 O critério de julgamento e seleção da melhor proposta será a de **Menor Preço por Lote** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1 A participação na presente dispensa se dará mediante o envio da proposta e respectiva documentação através do e-mail: dispensa@pmpf.am.gov.br.

2.2 Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos neste Aviso de Dispensa e seus anexos.

2.3 O interessado é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no envio da documentação, não cabendo ao envio eletrônico ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

a) Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) Que se enquadrem nas seguintes vedações:

I) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III) Pessoa física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;

VI) Pessoa Física ou Jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.2 Aplica-se o disposto no inciso “III” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

d) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.5 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

2.6 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando elas atenderem ao disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará através do envio da proposta e documentação, através do e-mail disponibilizado.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, o serviço, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura do certame.

3.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

entrega das propostas.

3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste aviso e seus anexos: a) Documentos de habilitação; b) Termo de Referência; e c) Minuta da Ordem de Serviço, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7 No envio da proposta inicial e sua documentação, o fornecedor deverá, também, preparar e enviar pelo e-mail eletrônico, às seguintes declarações:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

c) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

d) Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4. DA FASE DE LANCES

Sem fase de lances.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de envio da proposta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado a melhor proposta, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no relatório do procedimento da dispensa.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último valor.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 O critério de julgamento será o melhor preço por Lote.

5.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1 Contiver vícios insanáveis;

5.6.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor valor que:

5.7.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.7.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado, desde que não haja majoração do preço;

5.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Fornecedores;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação prévia à sua desclassificação;

6.2.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;

6.8.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato conforme minuta anexa neste Aviso.

7.2 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.2.1 Referida Nota está vinculada ao contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.2.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei, bem como as regras contidas no contrato.

7.3 O prazo de vigência da contratação poderá ser 12 (doze) meses, NÃO podendo ser prorrogado, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O procedimento será divulgado no Portal de Transparência de Presidente Figueiredo, e encaminhado automaticamente aos fornecedores participantes, por mensagem via e-mail, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de proposta observarão o horário de local, inclusive para contagem de tempo e registro no e-mail e na documentação relativa ao procedimento.

8.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13 Os fornecedores se submetem as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como àquelas expressamente previstas no Termo de Referência e Contrato contidos nos anexos deste Aviso de Dispensa.

8.13.1 ANEXO I – Termo de Referência;

8.13.2 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço;

8.13.3 ANEXO III – Modelo de Declarações Complementares;

8.13.4 ANEXO IV – Minuta do Contrato.

Presidente Figueiredo/AM, 26 de janeiro de 2026.

ANGÉLICA A. DA COSTA PINTO

Agente de Contratação

Decreto nº 3746 de 05/01/26



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para a locação de veículos leves e pesados, visando atender as necessidades das Secretarias Executivas, Gabinete e Departamentos de Presidente Figueiredo/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1. A presente contratação fundamenta-se no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da situação emergencial decorrente de medida cautelar imposta pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no âmbito do Processo nº 17.599/2025, que suspendeu a tramitação do Pregão Eletrônico nº 024/2025.
- 2.2. A contratação visa evitar a descontinuidade dos serviços públicos essenciais que dependem de transporte para execução de suas atividades finalísticas

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O Município não dispõe de frota própria suficiente para atendimento das demandas administrativas, técnicas e operacionais das diversas secretarias municipais, especialmente considerando a extensão territorial do município e a necessidade de atendimento às comunidades situadas na sede, BR-174 e AM-240.
- 3.2. A interrupção da locação de veículos comprometeria serviços essenciais nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e abastecimento, configurando risco concreto à continuidade do interesse público.
- 3.3. A contratação emergencial é limitada no tempo e no objeto, não se destinando a substituir o procedimento licitatório regular, mas apenas a garantir a prestação dos serviços até sua conclusão.
- 3.4. A contratação possui caráter excepcional e transitório, limitada ao estritamente necessário para assegurar a continuidade dos serviços públicos **essenciais, até a conclusão do procedimento licitatório regular (Pregão Eletrônico nº 024/2025).**

4. REQUISITO PELA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para fins da contratação, a empresa interessada deverá, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos:
- 4.1.1. Estar regularmente constituída e inscrita no **Cadastrado Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**, com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;
- 4.1.2. Apresentar comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista;
- 4.1.3. Comprovar capacidade técnica mediante apresentação de pelo menos. 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o objeto contratual;
- 4.1.4. Deverá apresentar documentos que comprovem sua capacidade econômico-financeira, a fim de demonstrar que possui estrutura suficiente para executar o objeto contratual, será exigido os dois últimos Balanços Patrimoniais/Demonstrativos Contábeis.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 5.1. O prazo de execução do contrato poderá ser 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço.
- 5.2. O contrato **NÃO** poderá ser prorrogado, cessando automaticamente com a conclusão do procedimento licitatório regular ou com o término do prazo máximo legal
- 5.3. A fixação do prazo máximo permitido para a presente contratação emergencial fundamenta-se no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação em situações emergenciais pelo período estritamente necessário, limitado ao prazo máximo de 1 (um) ano.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

LOTE 01 - ONIBUS / MICRO ONIBUS / VANS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados com motorista e quilometragem livre, para percurso em perímetro urbano e rural. Características Adicionais: ar condicionado, com direção hidráulica ou elétrica, veículo limpo, higienizado, em adequadas condições de conforto e segurança e todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agricultura, Aquicultura e Pesqueiro - SEMADA.	DIARIA	251	12
2	LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade de 30 a 34 passageiros; Potência mínima de 150cv; Direção hidráulica ou elétrica, com quilometragem livre; Equipado com ar-condicionado, cortinas nas janelas em tecido, pega mão encapsulada no teto, rádio AM/FM, Cd player e sistema de rastreamento via GPS, sirene de ré, jogo de tapetes de borracha e demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.	DIARIA	251	2
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO VAN Tipo: VAN EXECUTIVA: com no máximo 5 anos de fabricação. Capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros, potência mínima de 129CV, bicombustível gasolina ou diesel, direção hidráulica ou elétrica, câmbio manual, 03 (três) portas laterais, poltronas em tecido, vidros elétricos, travamento central das portas, CD Player. Características adicionais: jogo de tapetes de borracha, veículo limpo, higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.	DIARIA	251	2
4	LOCAÇÃO VEÍCULO VAN Tipo: VAN FURGÃO; com no máximo 5 anos de fabricação. Equipado com ar condicionado, com 3 portas, motor no mínimo 2000CC, movido a diesel com capacidade para no mínimo 1.000kg de carga. Características adicionais: jogo de tapetes de borracha, veículo limpo, higienizado em adequadas condições de conforto e segurança, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Saúde - SEMS.	DIARIA	251	3
LOTE - 02 - VEICULOS LEVES				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 70 e 90cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretarias Municipais de Saúde - SEMS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC.	DIARIA	365	3
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação, Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretarias Municipais de Saúde - SEMS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC.	DIARIA	365	9
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH , com no máximo 4	DIARIA	365	3



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 70 e 90cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.			
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as Secretaria Municipal de Educação – SEMED e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.	DIARIA	365	9
5	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL SEDAN , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima entre 80 e 120cv, bi-combustível, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, com airbags, quilometragem livre, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender para atender as demais Secretarias Executivas.	DIARIA	365	3
6	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE (PICK-UP) , com no máximo 4 anos de fabricação até a data da efetiva contratação. Cabine dupla; Motor movido a diesel ou gasolina; Potência mínima de 170cv; Ar condicionado; Direção Hidráulica; Câmbio Automático; Tração nas quatro rodas; Vidros e travas elétricas; Sistema de som; Película escurecedora nos vidros; Jogo de tapetes de borracha; Airbags; Quilometragem livre; Todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito em vigor; Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção, para atender as demais Secretarias Executivas.	DIARIA	365	10
7	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHONETE ESPECIAL ADAPTADA , Com 4 (quatro) portas laterais, capacidade para 5 (cinco) passageiros, potência mínima 120cv, bi-combustível, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, jogo de tapetes de borracha, quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva pela contratada, seguro total, substituição dos veículos quando estiverem em manutenção, em adequadas condições de conforto e segurança e todos os equipamentos e acessórios de segurança obrigatório exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender as atividades do Centro de Zoonoses.	DIARIA	365	1
LOTE - 03 - CAMINHÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	DIARIA	QTD
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAU 3/4 a diesel, com motorista, capacidade mínima de 3.000 kg, em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiverem em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agrícola, Aquícola e Pesqueiro - SEMADA.	DIARIA	251	5
2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCADO a diesel, com carroceria aberta, 15 toneladas, com motorista, em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiverem em manutenção para atender as Secretarias: Secretaria Municipal de Educação - SEMED e Secretaria Municipal de Abastecimento e Desenvolvimento, Agrícola, Aquícola e Pesqueiro - SEMADA.	DIARIA	251	5
3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ REFRIGERADO , capacidade de 150 litros de	DIARIA	251	1



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	diesel, 5 á 10 graus com baú sem mercadoria,. Bau com espessura de 30 cm no material polipropileno (PP), com barras internas para carregar carnes ou parecidos, tamanho do baú 5 m de comprimento, 2,2 de altura, 2,2 de largura, média de consumo de 6 á 7 km/L, capacidade de ARLA de 50 litros, capacidade de carregamento até 6,5 de toneladas, com motorista, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED.			
4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA , com capacidade a partir de 8.000 litros ou mais, com motorista, equipamento motobomba, sistema de tomada de força e mangueira, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMISP.	DIARIA	251	2
5	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 16.000 L , com motorista, inclusive tanque de aço para transporte de água, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP	DIARIA	251	2
6	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO , caminhão ¾, com plataforma hidráulica automática para transporte de automóvel e motocicleta, com motorista, capacidade mínima 4.5 ton., com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando em manutenção para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMISP.	DIARIA	251	1
7	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMBOIO (MELOSA) TOCO - 5.000 LITROS, COMBUSTIVEL, AR COMPRIMIDO - TAMBOR LUBRIFICAÇÃO E GRAXA , em perfeitas condições de trafegabilidade, com todos os equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação em vigor. Seguro total e manutenção corretiva e preventiva por conta da contratada, com substituição do veículo quando estiver em manutenção para atender Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMISP	DIARIA	251	1

7. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1. UTILIZAÇÃO: A presente contratação se justifica pela necessidade primordial e indispensável de atendimento as atividades e demandas da Administração Pública Municipal, onde o conjunto de ações do executivo municipal, abrange a sede do município e as comunidades localizadas na BR 174 e AM 240. Desta forma, por não dispor de veículos em frota própria, com quantitativos suficientes para atender todos os órgãos que compõem a estrutura administrativa municipal, visando atendimento essencial e prioritário as demandas de transportes, atendimento logístico das atividades específicas das pastas, suporte aos deslocamentos da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, faz-se necessário a contratação.

7.2 VANTAGENS: O tipo de contrato de serviços de locação de veículos leves e outros se demonstra vantajoso para Administração Pública, em virtude, principalmente da isenção dos serviços de manutenção por parte da Contratante, diminuindo em grande escala os gastos com esse tipo de custeio e da melhor disponibilidade de veículos, revisados e em perfeito estado de trafegabilidade, com imediata substituição em caso de defeito ou sinistro dos veículos em uso pela Contratante. Dotados de seguro com cobertura padrão de mercado, protegendo dano ao patrimônio físico (veículos) e a terceiros na eventualidade de sinistros.

7.3 COMPOSIÇÃO DOS LOTES: Visando melhor eficácia na gestão dos eventuais contratos a serem firmados acerca do objeto em questão, a Administração Pública, decidiu regular esta dispensa de licitação do tipo “menor preço por lote”. Agrupando-se, portanto, os itens de similaridade, de modo a majorar a competitividade do certame e facilitar os processos e rotinas de controle, manutenção e locomoção da frota contratada junto as empresas selecionadas.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O serviço em questão deverá ser executado em rigorosa observância às prescrições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A quantidade de veículos a serem locados destina-se ao atendimento das necessidades das Secretarias



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Municipais da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, conforme as demandas apresentadas.
- 8.3.** A distribuição e a alocação dos veículos por órgão ocorrerão de acordo com a necessidade das Secretarias Executivas, mediante solicitação formal.
- 8.4.** A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade, habitualidade ou subordinação direta.
- 8.5.** Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência e com as orientações da fiscalização designada pela Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 8.6.** Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados ao longo do período de vigência do contrato, mediante a emissão de Ordem de Serviço.
- 8.7.** Nos casos de revisões obrigatórias que impliquem a retirada do veículo por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, a Contratada deverá disponibilizar outro veículo similar ou superior, sem qualquer ônus adicional ao Município.
- 8.8.** A Contratada deverá indicar contato das oficinas autorizadas dos veículos, quando houver necessidade de realização de manutenção preventiva.
- 8.9.** Na inexistência de oficina autorizada no município contratante, a Contratada será responsável pela retirada do veículo e seu encaminhamento à oficina autorizada em outro município, bem como pela devolução, sem custos adicionais ao Município.
- 8.10.** Nos casos de serviços de borracharia, incluindo a substituição de pneus, o agendamento deverá ser previamente ajustado entre a Contratada e o Município Contratante, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços.
- 8.11.** A Contratada será responsável pela contratação e manutenção de seguro total dos veículos, incluindo, no mínimo, cobertura contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil, danos materiais e corporais a terceiros, com valor mínimo de cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos materiais e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais, assumindo integral responsabilidade, sem qualquer ônus ao Município.
- 8.12.** A Contratada deverá manter serviço de assistência mecânica e reboque 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em todo o território do Município de Presidente Figueiredo, sem custos adicionais para a Administração.
- 8.13.** Em caso de problemas mecânicos, acidentes ou quaisquer situações que resultem na indisponibilidade do veículo, a Contratada deverá providenciar a substituição por outro veículo com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus adicional ao Município, pelo período que se fizer necessário.
- 8.14.** Em se tratando de veículo em viagem, na hipótese de impossibilidade de utilização por defeito, acidente ou qualquer outra indisponibilidade, a Contratada deverá providenciar a substituição por veículo similar ou superior, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento da agenda dos usuários, sem custos adicionais ao Município, sendo de responsabilidade da Contratada todas as providências relativas ao veículo indisponível.
- 8.15.** Os veículos deverão ser entregues pela Contratada com o nível de combustível suficiente apenas para deslocamento inicial, ficando expressamente vedado o fornecimento contínuo de combustível por parte da Contratada. Ao término da prestação dos serviços, o veículo deverá ser devolvido nas mesmas condições de abastecimento em que foi recebido.
- 8.16.** Os veículos deverão ser adesivados pela Contratada, em local visível, preferencialmente nas portas dianteiras, conforme padrão oficial a ser fornecido pelo Município no ato da contratação.
- 8.17.** O local de entrega dos veículos será na sede do Município da Contratante, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, em horário previamente agendado.
- 8.18.** A Contratada deverá entregar, juntamente com os veículos, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigente, bem como o comprovante de quitação do IPVA.
- 8.19.** Os veículos deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de uso e funcionamento, compatíveis com as demandas dos serviços a serem executados.
- 8.20.** A gestão, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual ficarão a cargo do Município Contratante, que poderá notificar a Contratada, por escrito, acerca de quaisquer falhas,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

imperfeições ou irregularidades constatadas, para adoção das providências corretivas cabíveis.

8.21. A Contratada deverá comprovar que dispõe dos veículos necessários para atendimento das demandas, conforme os quantitativos previstos para cada lote.

8.22. Os serviços objeto desta contratação **não incluem o fornecimento de combustível**, sendo de inteira responsabilidade do Município Contratante o abastecimento dos veículos durante o período de utilização

9. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

9.1 A empresa contratada deverá fornecer veículos novos ou seminovos, em perfeitas condições de uso, higienizados, revisados e devidamente licenciados, com toda a documentação regularizada, segurança contra terceiros, além de assistência 24 horas em caso de painéis, acidentes ou imprevistos mecânicos e elétricos. O serviço deverá incluir a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como a substituição imediata do veículo em caso de necessidade, de modo a não prejudicar a execução dos serviços.

9.2 A solução abrange a disponibilização de veículos com características diferenciadas (capacidade de passageiros, carga, tração, entre outros), de acordo com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e na proporção compatível com a demanda municipal, atendendo aos mais diversos setores como saúde, educação, assistência social, obras, meio ambiente e demais áreas de necessidades.

9.3 Adicionalmente, a presente contratação visa proporcionar maior flexibilidade, custo-benefício e agilidade para a administração pública, mediante a não imobilização de capital na frota própria, bem como racionalização dos custos com manutenção, seguros e depreciação. Portanto, objetiva-se garantir a eficiência do serviço público, permitindo o deslocamento de equipes, transportes de materiais, execução de ações e projetos, bem como responder prontamente a emergências, eventos ou outras demandas extraordinárias.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 O prazo de execução do objeto referente à contratação de empresa especializada para locação de veículos leves e pesados, envolvendo atendimento às necessidades das Secretarias Executivas, poderá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura Contrato ou Ordem de Serviços, NÃO podendo ser prorrogado;

10.2 Durante todo o período de vigência contratual, os veículos deverão estar à disposição da Administração, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, devendo a contratada garantir a substituição imediata, em caso de necessidade, bem como a manutenção e o perfeito funcionamento dos veículos.

11. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

11.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e normas contábeis que regem a elaboração de prestação de contas públicas e, ainda, as normas enumeradas na Lei Federal nº 14.133/21, respondendo, cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 A vencedora deverá indicar profissional pertencente ao seu quadro de pessoal e/ou sócio que assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços, na forma prescrita neste Termo de Referência.

11.3 O representante da contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.4 A prestação dos serviços deverá ocorrer pela contratada, devendo a mesma ficar disponível para atendimento em caso de eventual necessidade da CONTRATANTE.

11.5 O Prazo para início da prestação do serviço será em 48 (quarenta e oito) horas, imediatamente após a ciência da emissão da autorização do serviço por parte da Administração Pública.

11.6 O recebimento dos serviços será realizado mensalmente, mediante recebimento definitivo, nos termos do inciso II do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, após atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços no período.

11.7 Todas as despesas impostas, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço da proposta e em



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

hipótese alguma poderão ser cobrados e separados quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura

11.8 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as condições do Termo de Referência e contrato.

12.DO GESTOR DO CONTRATO

12.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

12.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

12.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

12.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

12.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

12.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

12.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 São obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas em Contrato:

- a) Fornecer e/ou disponibilizar todos os elementos e informações gerais e específicas à empresa que vir a ser contratada, necessários para a boa execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- b) Permitir acesso aos técnicos da CONTRATADA às instalações do órgão contratante para a execução de levantamento afetos ao objeto.
- c) Fiscalizar em todas as etapas, a execução dos serviços que deverão ser efetuados pela empresa que vier a ser contratada, através de seus prepostos, devidamente nomeado para a esta atribuição, cuja atuação não deverá restringir à responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, excluindo-se das obrigações da Contratada, os atos de legalidade e/ou ilegalidade de licitações ou contratos no transcorrer da vigência da contratação, bem como quanto à legitimidade e/ou autenticidade da documentação pertinente aos seus atos públicos.
- d) Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo órgão público ou com as especificações constantes na presente dispensa, em especial no Termo de Referência.
- e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou problemas com qualidade ou validade.
- f) Atestar as faturas correspondentes e fiscalizar o serviço por intermédio da FISCALIZAÇÃO.
- g) Efetuar os pagamentos devidos à empresa CONTRATADA na forma estipulada neste instrumento.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- h) Disponibilizar 01 (um) servidor da pasta para controlar os abastecimentos diários, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21.
- i) Notificar ao **FORNECEDOR**, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- j) Fornecer ao **FORNECEDOR**, nomes e modelos de assinaturas dos responsáveis por liberar autorizações para guia de fornecimento.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer, sempre que solicitada pela contratante, as informações necessárias ao bom andamento das aquisições contratadas.
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas.
- c) A **CONTRATADA** arcará, única e exclusivamente, com todos e quaisquer tributos, bem como, licenças, alvarás e ônus de natureza Federal, Estadual e Municipal decorrentes da celebração deste Contrato.
- d) São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem.
- e) Executar os serviços de locação de veículos leves e pesados em caráter emergencial, garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais das Secretarias Executivas, Gabinete e Departamentos do Município de Presidente Figueiredo/AM, em conformidade com este Termo de Referência, o contrato e a legislação vigente.
- f) Disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, segurança, conservação e funcionamento, compatíveis com a natureza emergencial da contratação e com as demandas administrativas, técnicas e operacionais do Município.
- g) Garantir a imediata disponibilidade dos veículos necessários durante toda a vigência contratual, observados os quantitativos definidos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- h) Entregar os veículos no prazo estabelecido pela Administração, devidamente registrados, licenciados, com CRLV vigente e comprovante de quitação do IPVA.
- i) Manter, durante toda a vigência do contrato emergencial, seguro total dos veículos, com cobertura mínima contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil, danos materiais e corporais a terceiros, assumindo integral responsabilidade, sem qualquer ônus ao Município.
- j) Responsabilizar-se integralmente pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo fornecimento de peças, mão de obra, revisões obrigatórias, serviços de borracharia e demais despesas necessárias à plena utilização dos veículos;
- k) Substituir o veículo locado por outro de características iguais ou superiores, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que ocorrer defeito, avaria, sinistro, manutenção prolongada ou qualquer situação que impeça sua utilização, sem ônus adicional à Administração.
- l) Disponibilizar serviço de assistência mecânica e reboque 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em todo o território do Município de Presidente Figueiredo/AM.
- m) Arcar com todas as despesas decorrentes da retirada, transporte e devolução dos veículos para manutenção em oficinas autorizadas, inclusive quando situadas fora do Município, caso não haja oficina autorizada local
- n) Indicar previamente os contatos das oficinas autorizadas e manter comunicação permanente com o fiscal do contrato, garantindo agilidade nas providências necessárias à execução emergencial.
- o) Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- p) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.
- q) Atender prontamente às solicitações da Administração e às determinações da fiscalização do



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- contrato, adotando, de forma imediata, as medidas corretivas necessárias.
- r) Manter, durante toda a vigência do contrato emergencial, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
 - s) Os serviços contratados não **incluem o fornecimento de combustível**, sendo o abastecimento de responsabilidade exclusiva do Município Contratante.
 - t) Reconhecer que o contrato possui caráter excepcional e emergencial, com vigência limitada ao prazo máximo de até 12 (doze) meses, vedada qualquer prorrogação que descaracterize a situação emergencial, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1** É admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, nas seguintes condições:
- a) É admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, desde que previamente autorizada pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.
- 15.2** A subcontratação fica limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato
- 15.3** A Contratada, caso opte pela subcontratação, deverá priorizar a subcontratação de, no mínimo, uma Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, observadas as seguintes regras:
- a) as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pela Contratada no momento da solicitação de autorização para subcontratação ou da assinatura do contrato, com a descrição dos serviços a serem executados e os respectivos valores;
 - b) no momento da subcontratação e durante toda a vigência contratual, deverá ser apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, aplicando-se, quando cabível, o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015, sob pena de rescisão contratual
 - c) a Contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a conclusão da execução, mediante comunicação formal ao Contratante, ou, alternativamente, a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução direta da parcela originalmente subcontratada.
- 15.4** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá integral e exclusiva a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual, cabendo-lhe a supervisão, coordenação e controle das atividades da subcontratada, respondendo perante o Contratante por todas as obrigações contratuais.
- 15.5** A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa do Contratante, sendo vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica cujos sócios, dirigentes ou responsáveis mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, bem como nos casos de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 15.6** A possibilidade de subcontratação justifica-se em razão das peculiaridades do mercado de locação de veículos, especialmente em contratações emergenciais, nas quais nem sempre uma única empresa dispõe de frota suficiente para atendimento integral e imediato das demandas do Município, notadamente em localidades distintas de sua sede.
- 15.7** Não será admitida a subcontratação das atividades essenciais, compreendidas como o planejamento, a coordenação, a gestão do contrato e a adoção das providências necessárias à disponibilização dos veículos demandados, as quais deverão ser executadas diretamente pela Contratada.

16 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 17.1** Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 17.2** A fiscalização de que trata esse item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei 14.133/21.

18 DO PAGAMENTO

- 18.1** Para habilitar-se ao pagamento a DETENTORA deverá apresentar a CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal com a devida discriminação dos objetos;
- 18.2** À emissão e apresentação de nota fiscal, acompanhada de documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, em cumprimento ao Parecer 004/2010 – Pleno TCE/AM.
- 18.3** Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, a Contratada deverá apresentar junto a Nota Fiscal:
- a) Prova de **regularidade com a Fazenda Nacional** através de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, conforme **Decreto Federal nº 5.512 de 15/08/2005**, admitindo-se que seja emitida via Internet, no original, em validade.
 - b) Prova de **regularidade para com a Seguridade Social** através de **Certidão Negativa de Débito emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)**, admitindo-se a apresentação de certidão emitida via Internet, no original.
 - c) Prova de **regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do **Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal** demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade.
 - d) Prova de **regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da proponente em validade.
 - e) Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da proponente, em validade.
 - f) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br)**, em validade.
- 18.4** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo funcionário do setor competente para fiscalização dos serviços, na Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, desde que entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE a nota fiscal devidamente preenchida acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista obrigatória.
- 18.5** A aceitação dos serviços será efetuada pelo setor responsável pela respectiva solicitação do órgão licitante, para posterior encaminhamento da Nota Fiscal para liquidação e pagamento.
- 18.6** Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 18.7** Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacado, também, as retenções legais.
- 18.8** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 18.9** Nenhum pagamento será efetuado à licitante devedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.
- 18.10** A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.
- 18.11** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente contrato, tendo em vista seu caráter emergencial e prazo máximo de duração de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Fica ressalvada, exclusivamente, a possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação formal da Contratada e comprovação de ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha causado desequilíbrio na equação econômico-financeira inicialmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

19.3. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de análise técnica, jurídica e decisão motivada da Administração, não se caracterizando como reajuste automático ou periódico.

20 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1 A fiscalização da contratação será exercida pelo setor competente a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

20.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21.

20.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a Execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21 DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1 O custo estimado da contratação é de R\$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

22 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

22.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Município de Presidente Figueiredo/AM, consignados no orçamento vigente, conforme dotação orçamentária a ser indicada no momento da emissão da Nota de Empenho, nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.

22.2 A contratação somente será efetivada após a emissão da respectiva Nota de Empenho, a qual consignará a classificação orçamentária completa, não sendo admitida a execução dos serviços sem a correspondente cobertura orçamentária.

23. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa autenticados ou CNH digital;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) Apresentar certidão expedida pela Junta Comercial do Estado, demonstrando e comprovando sua atual condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme art. 8º da Instrução Normativa 103/2007 do DNRC.
- i) Os documentos acima deverão apresentar o documento de constituição da empresa e as alterações posteriores quando houver, exceto se a última alteração for consolidada, caso contrário a empresa será inabilitada;

24. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, emitida via internet, com data de emissão não superior a 30 (trinta dias);
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor selecionado pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - b.1) Caso o fornecedor selecionado seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.
- c) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f) **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g) **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- h) Caso o fornecedor selecionado, detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

25. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, Certidão Unificada (capital e todas as Comarcas da Justiça Estadual que abrangem os Municípios do Estado do Amazonas), datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
 - a.1) Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a.2) As empresas interessadas em participar desta dispensa licitação emergencial e que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:
- a.2.1) CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede do fornecedor selecionado para este fim, datada de no máximo 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.
- a.2.2) A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;
- a.2.3) A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer fornecedor selecionado, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- b) **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis nos termos do artigo 69, inciso I da Lei 14.133/21**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios devidamente registrados na Junta Comercial, com apresentação dos termos de abertura e de encerramento dos livros (cópia autenticada ou digital), caso contrário estará automaticamente INABILITADA.
- c) As empresas que realizam a Escrituração Contábil Digital - ECD (via SPED CONTÁBIL, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, na seguinte forma:
- I. Recibo de Entrega de Livro Digital; Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital e Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED;
- II. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial de abertura ao período de existência da sociedade (Lei 14.133/21, artigo 65, § 1º) e no caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, os documentos limitar-se-ão ao último exercício (Lei 14.133/21, artigo 69, § 6º), devendo ambos estarem devidamente carimbados e a assinados pelo representante legal da empresa e do contador com firma reconhecida em cartório ou assinatura com certificado digital; ou, ainda, a cópia do Livro Diário, contendo o balanço de abertura, termo de abertura, inclusive contendo o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou transmitida via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme incisos I e II acima;
- III. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia do recibo de entrega e da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- d) Prova de possuir capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços (art. 69, § 4º da Lei Federal 14.133/2021);
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,0 (um) resultantes da aplicação das fórmulas abaixo descritas, deverão ser apresentadas com o nome e assinatura e venha assinada com firma reconhecida pelo contador ou assinado com certificado digital, constando o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:
- LG Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
= Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- SG Ativo Total
= Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
- LC Ativo Circulante
= Passivo Circulante
- e.1) **Nos casos em que os fornecedores selecionados apresentarem resultado divergente, em**



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

qualquer dos índices citados nos índices de liquidez e não comprovarem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo fornecedor selecionado em sua proposta inicial, estarão inabilitadas.

- e.2) O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiros mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O penúltimo balanço patrimonial exigível será avaliado de forma complementar para demonstração da boa situação financeira da empresa.
- f) Declaração que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 01/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigente na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do item anterior, devendo ser assinada pelo representante legal e pelo contador. Tal condição, consta no art. 69, §3º, da Lei nº 14.133/2021 entendido pelo Tribunal de Contas da União, que *pode ser demandado do licitante/ fornecedor selecionado que apresente a relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, ou seja, consideram-se apenas obrigações remanescentes dos contratos.* (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU).
- g) Com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na alínea anterior, o fornecedor selecionado deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.
- h) Caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, informada na declaração de que trata a alínea “e” (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o fornecedor selecionado deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECÔNOMICO-FINANCEIRA (artigo 69 - lei nº 14.133/2021) (conforme modelo anexo).
- i) Se o fornecedor selecionado não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.
- j) Exigir-se-á do fornecedor selecionado Declaração da Junta Comercial do Estado, assinada por profissional Habilitado da área Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que ateste os índices econômicos do fornecedor selecionado de acordo com a previsão do edital.

26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o serviço do objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do fornecedor selecionado compatível em características, quantidades e prazos com o objeto a ser contratado, através do qual fique comprovado o serviço relacionado(s) ao objeto.
- a.1) Em não constando todas as informações nos Atestado(s) ou Certidão(ões), é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência editalícia.
- b) Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o fornecedor selecionado já forneceu/executou pelos 20% (vinte por cento) das quantidades descritas no Termo de Referência apresentada na dispensa de licitação emergencial.
- b.1) Para efeito da alínea ‘b’, será admitido o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.
- c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- d) Não serão aceitos atestados emitidos pelo fornecedor selecionado, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Termo de Referência.
- e) As fornecedoras selecionadas deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.
- f) Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- g) Os contratados deverão apresentar declaração de que, para assinatura do contrato, apresentará comprovação de que todos os veículos, a serem utilizados na execução dos serviços estarão regularmente licenciados para o exercício da atividade de transporte de pessoas e que atenderá todos os requisitos exigidos pelo DETRAN
- 26.1** Declaração de que a empresa dispõe (ou se compromete a dispor) de veículos vistoriados e licenciados no Estado do Amazonas.
- 26.2** Declaração de que os veículos devem atender às exigências:
- a) Do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
 - b) Das Resoluções do CONTRAN;
 - c) Da legislação estadual e municipal vigente.
- 26.3** Seguro dos Veículos:
- 26.3.1 Declaração da própria empresa, devidamente assinada, de que os veículos estarão com seguro vigente durante toda a vigência contratual, com cobertura para:
- a) Passageiros;
 - b) Terceiros.
- 26.4** Apresentar Licença de Funcionamento.
- 26.5** A falta de comprovação da qualificação técnica, nos termos exigidos, acarretará a inabilitação do fornecedor selecionado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 26.6** A Comprovação da capacidade, da aptidão e da experiência do fornecedor selecionado em realizar o objeto do certame, no desempenho de atividade de serviço de transporte intermunicipal em veículo do mesmo tipo ao exigido no objeto a ser contratado, deverá ser demonstrado através de apresentação de CRC-E- Certificado de Registro Cadastral – Empresa, emitidos nos dois últimos exercícios, em nome do fornecedor selecionado, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM, conforme preconizado pela RESOLUÇÃO Nº 005/2020 – CERCON/ARSEPAM, somente para os fornecedores selecionados que apresentarem propostas para o lote 01. O descumprimento deste item implicará na inabilitação do fornecedor selecionado.
- 26.7** A Comprovação da capacidade, da aptidão e da experiência do fornecedor selecionado em realizar o objeto do certame, no desempenho de atividade de serviço de transporte intermunicipal em veículo do mesmo tipo e quantidades exigido no objeto a ser contratado, deverá ser demonstrado através de apresentação de CRC-V - Certificado de Registro Cadastral – Veículo, dentro da validade, de porte obrigatório, dos veículos de transporte, que fazem parte do lote 01, em nome do fornecedor selecionado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM, conforme preconizado pela **RESOLUÇÃO Nº 005/2020 – CERCON/ARSEPAM**, somente para os fornecedores selecionados que apresentarem propostas para o lote 01. O descumprimento deste item implicará na inabilitação do fornecedor selecionado.

27 DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 27.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Figueiredo/AM para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Presidente Figueiredo/AM, XX de janeiro de 2026.

Elaborado por:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Subcomissão de elaboração e acompanhamento de demandas

Aprovado por:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretária Municipal de Planejamento e Finanças



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as especificações consignadas no edital de licitação DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº XXX/2026 e seus anexos, conforme abaixo:

Colar tabela abaixo com os itens/lotes de acordo com cada entidade e as características estabelecidas no Termo de Referência do Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº XXX/2026.

Valor Global Total: R\$ _____ ().

Declaramos que:

1) Nossos preços propostos já estão incluídas todas as despesas, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para entrega dos materiais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: xx (xxxxx) xxxx, contados da data-limite para a entrega das propostas.

Município de _____, dia _____ de _____ de 2026.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES
(Papel timbrado do fornecedor selecionado)

DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº XXX/2026-CC/PMPF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026 - XXXX
OBJETO: XXXXXX

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social
- VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema
- VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar da Dispensa Emergencial, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026, FIRMADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL XXXXX E A EMPRESA XXXXXX, OBJETIVANDO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA SEGUIR:

Aos XX (xxxxxxxx) dias do mês de xxxxxxxx do ano de 2026, neste município de Presidente Figueiredo/AM, na sede da Prefeitura Municipal, sede na Rua Urubuí nº 113 - Centro, Presidente Figueiredo/AM – CEP 69.735-000, presentes a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, pessoa jurídica de direito público, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 04.628.681/0001-98, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 822732 SSP/AM e CPF nº 057.803.652-53, residente e domiciliar em Presidente Figueiredo/AM, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e no outro a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, adiante designada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), xxxxxxxxxxxx(a), portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado no xxxxxxxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XXXXX/2026 – SEMPLAF e em observância às disposições do Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação Emergencial nº XXXX/2026 - PMPF, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
- 1.1. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

- 1.2. Descrição do objeto da contratação:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor total
------	-----------	--------	-------------	-------------

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital de Dispensa de Licitação Emergencial;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Poderá ser admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)
 - 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ().
 - 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
 - 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)
 - 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
 - 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
 - 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
 - 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
 - 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
 - 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
 - 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
 - 7.8. O reajuste será realizado por termo de aditivo.
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
 - 8.1. São obrigações do Contratante:
 - 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.
 - 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
 - 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
 - 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a legislação vigente, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

9.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;(quando for o caso);

9.32. Os serviços deverão ter garantia de no mínimo 3 meses;

9.33. Todo material necessário para a perfeita execução do objeto da presente dispensa deverão ser de qualidade.

9.34. Demais obrigações devem ser observadas junto ao, Termo de Referência do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto/serviço da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.1.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados deste exercício do ano de 2026.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Presidente Figueiredo/AM para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

local, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1-

2-